

ECONOMIA AGRÍCOLA, RECURSOS NATURAIS, MEIO AMBIENTE E TEORIA ECONÔMICA

A INTERNALIZAÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS E A EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS NO NORDESTE

José Flôres Fernandes Filho

Professor-adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Economia pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas.

Flávia Rezende Campos

Graduada em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e Bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq.

RESUMO:

O processo de abertura comercial e integração econômica, associado à valorização do câmbio, levou à internalização dos preços vigentes nos mercados internacionais das *commodities* agrícolas que antes recebiam proteção contra importações, como arroz, feijão e milho. A consequência foi uma queda significativa dos preços internos destes produtos. A produção de alimentos básicos no Nordeste para o período analisado, no entanto, foi menos afetada pela internalização que a brasileira como um todo. Essa demonstração de resistência à crise sugere que se o Governo implementar políticas de fomento à produção regional, terá como resultado o aumento da produção, da renda, do emprego e a redução das importações desses produtos.

PALAVRAS-CHAVE:

Agricultura Nordestina; Alimentos Básicos; Preços Agrícolas; Política Agrícola; Globalização.

1 – A INTERNALIZAÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS

.....

A partir da segunda metade da década de 80, o País inicia um processo de abertura comercial e integração econômica. Nos anos 90 este processo se intensifica implicando uma drástica redução e ou eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações. No segundo semestre de 1994 o governo brasileiro reduziu de maneira unilateral e de forma intensa as barreiras às importações. Com a constituição do Mercosul foram eliminadas as barreiras ao comércio para uma série de mercadorias. Assim, vários produtos externos passaram a ter livre entrada ou pagar tarifas reduzidas no mercado brasileiro, ou seja, no mínimo deixou de haver restrições significativas às suas importações.

A redução das barreiras ocorrida em 1994 se deveu aos interesses do governo em estabilizar os preços internos. O objetivo imediato da implantação do Plano Real era a redução drástica das taxas de inflação interna. Temendo que o aumento da demanda pudesse comprometer a queda da taxa de inflação interna, o governo diminuiu consideravelmente as barreiras às importações promovendo, dessa forma, a entrada dos produtos importados a preços menores que os até então praticados. Em função dessa redução das barreiras, os preços internos não sofreram alterações significativas mesmo com o aumento da demanda.¹

A TABELA 1 mostra a evolução recente na alíquota de importação de alguns produtos, tradicionalmente importados pelo País. Vemos que houve uma queda significativa nas alíquotas entre 1989 e 1997. A ordem dos produtos, em termos de maiores quedas nas alíquotas, é: algodão, carne bovina, leite, trigo, feijão, arroz e milho. É preciso lembrar que as alíquotas sobre as importações oriundas dos países que fazem parte do Mercosul tiveram um processo de redução mais acelerado, até se extinguirem, a partir de 1995. Neste ano passa a vigorar a TEC - Tarifa Externa Comum - a

qual não incidi sobre as importações provenientes do Mercosul. Portanto, a queda das alíquotas, se considerarmos as importações dos países do Mercosul, foi ainda maior. Isto é importante porque os nossos parceiros do Mercosul são tradicionais exportadores para o País e têm custo de produção menor que o nosso.

A abertura comercial não se dá apenas via redução e ou eliminação de alíquotas de importação colocadas na TABELA 1. Ela ocorre, também, via redução das barreiras burocráticas às importações. Entre estas podemos apontar mudanças nas regras que permitiram aos importadores financiar as aquisições externas a taxas de juros internacionais por um longo período e importar em qualquer época, mesmo durante a safra. Com os ganhos com a arbitragem da taxa de juros, a interna se manteve em patamar elevadíssimo, na maior parte do período, independentemente de os preços das mercadorias importadas serem menores, o que representaria um elemento importante na decisão de importar.

¹ É importante lembrar que uma redução, inferior à praticada, era esperada para o final do ano, quando da assinatura dos acordos finais da Rodada Uruguai. Ao realizar a antecipação da redução das barreiras, o governo perde poder de barganha junto aos seus parceiros comerciais e não consegue que eles reduzam as barreiras às nossas exportações no montante que era esperado

TABELA 1
EVOLUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE IMPORTAÇÃO
DE PRODUTOS SELECIONADOS

Ano	Arroz	Feijão	Milho	Leite	Algodão	Trigo ²	Carne
1989	20	25	15	40	30,6	-	30
1990	20	15	15	30	30,6	25	20
1992	15	0	15	20	25	40	10
1994	10	10	10	20	12,5	30	10
1995	13	13	10	20	5	13	10
1997	13	13	11	19	9	13	13
Δ % 89/97	- 35	- 48	- 26,6	- 52,5	- 70,6	- 48	- 56,6

FONTE: Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal

A redução e ou eliminação do protecionismo à produção interna afeta a renda dos produtores internos ao reduzir o custo de importação e, assim, o preço dos produtos importados no mercado interno. Daí decorre a queda do preço do bem produzido internamente, ficando suas variações condicionadas às dos preços dos mercados externos, os quais são afetados negativamente por subsídios concedidos por diversos países, principalmente pelos ricos, e pelo fato de alguns países terem custo de produção menor que o interno.

Outro fator importante que atinge negativamente os preços internos e, assim, a sustentabilidade econômica das unidades agrícolas internas, foi a expressiva valorização do câmbio, realizada pelos gestores da política econômica do País, a partir de julho de 1994, início da implantação do Plano Real. Esta valorização, realizada, também, com o objetivo de contribuir para a estabilização dos preços, prejudicou severamente os produtores internos de alimentos básicos, uma vez que possibilitou aos importadores vantagens cambiais, ou seja, pagar, em moeda nacional, menos que pagavam antes.

Embora se tenha iniciado, a partir de março de 1995, um processo de desvalorização do câmbio na tentativa de reverter a situação, este continuou significativamente valorizado em relação à taxa vigente no dia 30 de junho de 1994. No entanto,

mesmo que tivesse ocorrido uma tentativa de recuperar a taxa real de julho de 94, através de uma desvalorização nominal equivalente à valorização nominal do câmbio ocorrida nos meses de julho e agosto de 1994, mais a inflação de julho de 1994, ela não teria sido alcançada. O câmbio real não se recuperaria e os produtores internos continuariam prejudicados. Isto porque a perda da proteção proporcionada pelas barreiras tarifárias e não-tarifárias não teria sido recuperada. Os importadores continuariam pagando, em termos reais, menos do que pagavam para internalizar produtos adquiridos no mercado internacional.

A redução das barreiras às importações e a valorização do câmbio afetam as importações e os preços praticados no mercado interno particularmente dos produtos agrícolas em que o País não era tradicional exportador e que contavam, quase sempre, com proteção significativa contra as importações. A TABELA 2 apresenta dados sobre a evolução das importações de produtos agrícolas selecionados entre 1988 e 1997. Vemos que elas crescem até 1994, quando atingem o pico no período analisado. As importações caem nos anos seguintes, mas há previsões de que em 1998 será atingido um novo recorde. A tabela mostra, ainda, que a importação de leite e derivados atingiu o seu pico em 1995 e a de algodão em 1996.

² As importações de trigo, antes de 1990, eram realizadas pelo governo. Não era necessário, portanto, o estabelecimento de uma alíquota de importação para proteger o mercado interno.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS SELECIONADOS
1988/1998

Ano	Algodão (em pluma) T	Arroz (em casca) T	Feijão T	Milho T	Trigo T	Total T	Leite e derivados US\$ 1.000
1988	81.000	190.800	10.000	15.000	2.028.000	2.326.788	24.817
1989	132.100	252.500	25.000	154.900	852.000	1.418.489	-
1990	86.100	717.600	70.300	700.000	1.522.000	3.097.990	169.757
1991	105.900	1.296.600	88.600	832.200	2.849.000	5.174.291	213.386
1992	167.800	732.300	57.700	340.000	5.208.000	6.507.792	75.220
1993	501.200	880.900	54.900	1.497.900	5.913.000	8.849.893	148.390
1994	367.300	1.565.500	156.400	1.568.600	5.512.000	9.171.794	262.012
1995	282.300	978.600	189.500	984.100	5.268.000	7.704.495	620.913
1996	568.169	851.864	61.827	321.613	5.883.512	7.688.981	486.496
1997	472.096	888.613	141.225	534.511	4.850.052	6.888.494	440.025
1998	250.000	1.700.000	130.000	1.600.000	5.800.000	9.480.000	-

FONTE: Para algodão, arroz, feijão, milho e trigo- 1- 1988/1995 - Agrianual; 2- 1996/1997 - SECEX-MICT; 3- 1988 - Estimativas da CONAB. Para Leite de derivados - Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

Dos produtos listados na TABELA 2, apenas no caso do trigo, o País era um tradicional importador. As importações de arroz, feijão e milho eram residuais. No caso do algodão, o País deixa de ser um exportador para se tornar um dos principais importadores do produto.

Os dados apontam para o fato de que não foi a intensificação da abertura econômica e a integração comercial, a partir de 1994, a razão fundamental para explicar o grande crescimento das importações de alimentos básicos na década de 90. Esta já vinha ocorrendo desde o início da década. As mudanças ocorridas, a partir de 1994, vão explicar, principalmente, as alterações nos preços.

A TABELA 3 e o GRÁFICO 1 mostram a evolução recente dos preços recebidos pelos produ-

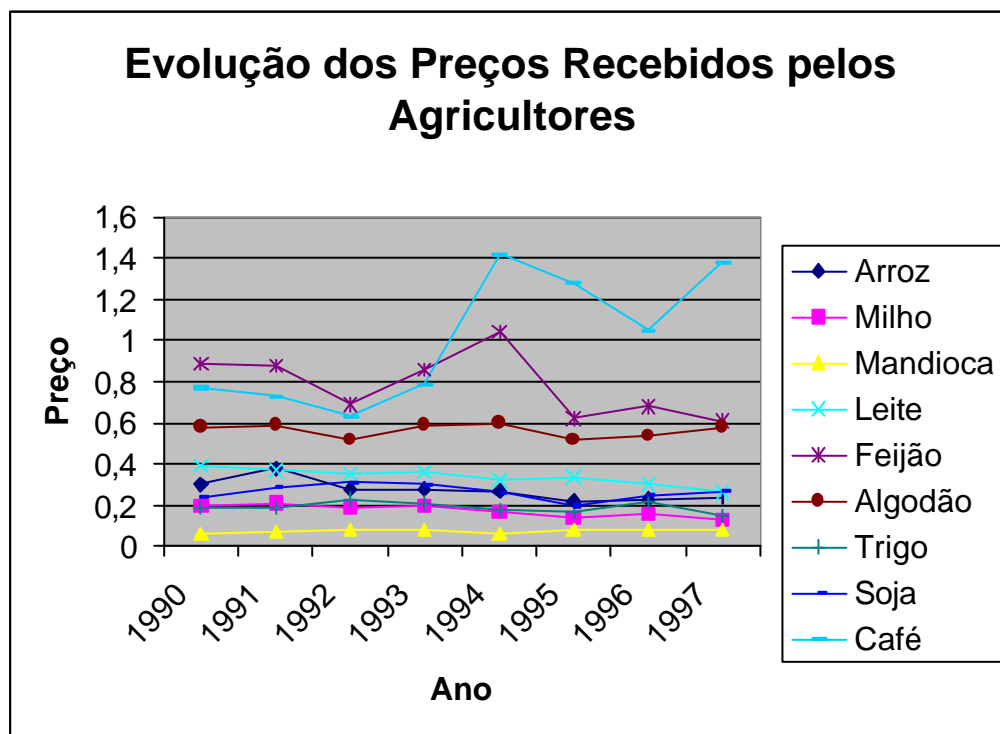
tores para um conjunto de produtos agrícolas. O comportamento dos preços reflete efeitos da redução e ou eliminação das barreiras e da valorização cambial, além de mudanças em outras variáveis importantes como volume produzido e nível da demanda interna. Os produtos que apresentaram as maiores quedas foram aqueles cuja produção estava voltada para abastecer, fundamentalmente, o mercado interno, como leite, milho, arroz e feijão. A queda foi mais intensa a partir de 1994, particularmente em 1995, exatamente quando os efeitos combinados de uma 'supersafra' e da redução e ou eliminação das barreiras e da valorização cambial se somaram para derrubar, principalmente, os preços dos bens agrícolas voltados para o mercado interno.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES, VALORES
REAIS EM R\$ DE DEZEMBRO DE 1997/UNIDADE

	Arroz	Milho	Mandioca	Leite	Feijão	Algodão	Trigo	Soja	Café
1990	0,30	0,20	59,58	0,39	0,89	0,58	0,19	0,24	0,77
1991	0,38	0,21	71,36	0,37	0,88	0,59	0,19	0,29	0,73
1992	0,28	0,19	80,66	0,35	0,69	0,52	0,23	0,31	0,63
1993	0,28	0,20	80,04	0,36	0,86	0,59	0,21	0,30	0,79
1994	0,27	0,17	57,49	0,32	1,04	0,60	0,18	0,26	1,42
1995	0,22	0,14	81,09	0,34	0,62	0,52	0,17	0,20	1,28
1996	0,23	0,16	84,90	0,30	0,68	0,54	0,22	0,25	1,05
1997	0,24	0,13	79,02	0,26	0,61	0,58	0,15	0,27	1,38
À % 90-97 ao ano	-2,63	-4,38	4,11	-4,19	-3,98	0	-2,76	1,69	8,69
À % 94-97 ao ano	-3,57	-7,29	11,85	-5,89	-12,26	-1,09	-5,27	1,26	-0,93

FONTE: Revista Agroanalysis Fevereiro / 98

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES,
VALORES REAIS EM R\$ DE 90/97



FONTE: Revista Agroanalysis Fevereiro / 98

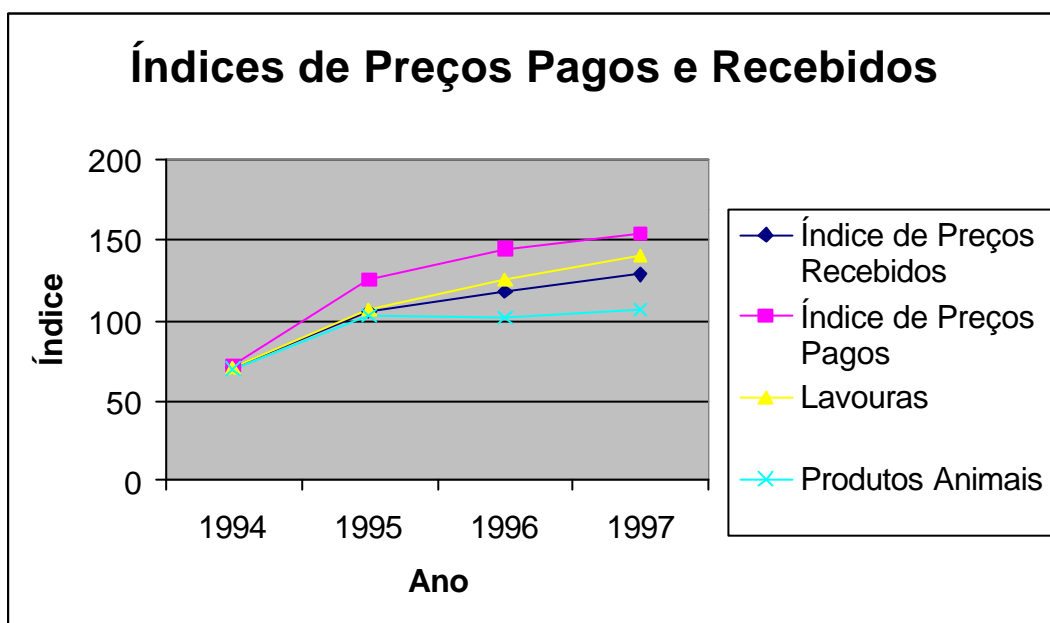
Vemos que os preços dos bens cuja produção era voltada, de maneira significativa, para o mercado externo, como soja e café, não sofreram impactos significativos, já que não recebiam proteção

das barreiras. O que afeta seus preços é a variação no preço do mercado mundial e as alterações no câmbio.

O GRÁFICO 2 apresenta a evolução dos índices de preços recebidos – para a produção vegetal, animal e para a agropecuária como um todo – e pagos, em termos nominais, pelos produtores. No Gráfico, podemos observar que o índice de preços pagos apresenta uma variação maior que a dos preços recebidos pelos produtores. Os índices de preços recebidos pelos agricultores, em valores nominais, sobem apenas 33,75 % entre agosto de

94 e dezembro de 97. Neste período, no entanto, o índice de preço pago pelos agricultores, também em valores nominais, sobe 57,97 % para a média dos preços pagos no Brasil. Comparativamente, o pior desempenho é dos preços recebidos pelos produtores de produtos pecuários, uma indicação de que este teria sido o setor mais afetado.

GRÁFICO 2
ÍNDICES DE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES,
VALORES NOMINAIS (BASE DE AGO. DE 1994=100)



FONTE: Agroanalysis Fevereiro / 98

Os produtores, de maneira geral, foram prejudicados pela valorização do câmbio e pelo processo de abertura comercial e integração econômica, principalmente a partir do Plano Real, uma vez que, em menor ou maior grau, tiveram perda significativa de receita.

A queda dos preços internos ocorre para que, dada a nova realidade de barreiras comerciais reduzidas e ou eliminadas e de câmbio mais valorizado, haja um realinhamento com os preços dessas *commodities* vigentes no mercado mundial. Os preços no mercado interno caíam porque historicamente se situavam quase sempre, devido à grande proteção até então existente, em um patamar de preços superior ao praticado no mercado mundial. É a chamada internalização dos preços das *commodities* que recebiam proteção contra as importações. Com a internalização, os preços praticados

no mercado interno para essas mercadorias passaram a ser muito sensíveis às alterações nos preços do mercado mundial. A principal razão para esse aumento de sensibilidade é que os nossos parceiros do Mercosul – principalmente a Argentina, um dos maiores e mais competitivos exportadores de produtos agrícolas do mercado global – tem agora a opção de vender livremente no mercado interno e farão a opção pelo mercado brasileiro, ou outros mercados, a depender de onde possam conseguir melhor preço.

O processo de abertura comercial e integração econômica também afeta a renda dos produtores, via mudanças nas políticas públicas internas de fomento à agricultura. Os subsídios, principalmente via crédito e preços de garantia, são reduzidos drasticamente. O governo brasileiro perde autonomia na elaboração de políticas de incentivo ao

setor, assumindo compromissos de reduzir incentivos à produção, não podendo estabelecer uma política independente, porque afetaria as importações dos seus parceiros comerciais.³

Concluindo, em relação à produção de alimentos básicos, o processo de valorização cambial e de abertura comercial e integração econômica afetam principalmente o arroz, o milho e o feijão, cuja produção apresenta duas características importantes: têm, tradicionalmente, pequeno apoio de políticas públicas, fundamentais em um momento de redução de rentabilidade devido à queda de preços no mercado; são produzidas em proporções significativas pelas unidades de produção chamadas familiares, as quais geralmente apresentam pequena capacidade para enfrentar crises, devido à sua baixa capitalização. O Nordeste do Brasil é a região em que essas unidades têm maior participação relativa. No item a seguir, vamos analisar algumas características da agricultura familiar nordestina, com o objetivo de melhor entender como todo o processo que levou à internalização de preços afeta a produção de alimentos básicos na Região.

2 – A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE

A agricultura familiar tem grande importância para a economia brasileira na medida em que responde por parcela significativa dos empregos e da produção, particularmente alimentos da cesta básica.⁴

O QUADRO 1 apresenta algumas características da agricultura familiar para o Nordeste e para

o Brasil. De acordo com os dados de 1985, a maioria dos estabelecimentos agropecuários nordestinos (82,6%) e brasileiros (74,8%) eram familiares. Estes estabelecimentos eram responsáveis pela maior parte do emprego gerado na agricultura nordestina (67,6%) e brasileira (59,5%), apesar de contar com percentual reduzido de área (31,3% para o Nordeste e 22,2% para o Brasil), e de financiamentos para o plantio (8,5% para o Nordeste e 10,7% para o Brasil). O valor da produção por hectare, tanto para o Nordeste (CZ\$387,3), como para o Brasil (CZ\$663,1), era mais nos estabelecimentos familiares que nos patronais.

Comparando os dados da Região Nordeste com os do Brasil, vemos que a agricultura familiar regional tem maior importância relativa em termos de números de estabelecimentos, área total, pessoal ocupado e valor da produção.

³ O caso do trigo é o principal exemplo. Depois de perseguir por mais de 50 anos a auto-suficiência interna, e quase tê-la atingida no final dos anos 80, o governo reduz os incentivos e o País se torna um dos maiores importadores mundiais. (FERNANDES FILHO, 1994.)

⁴ O conceito de agricultura familiar que adotamos neste *paper* é aquele empregado pelo convênio FAO/INCRA que considera familiar o estabelecimento em que: "1. A direção dos trabalhos é exercido pelo produtor; 2. Não foram realizadas despesas com serviços de empreitada; 3. Sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três; 4. Com área total menor ou igual a quinhentos para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões." (FAO/INCRA, 1996.)

QUADRO 1
CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR - NORDESTE E BRASIL. 1985.

Características	Região Nordeste	Brasil
Estabelecimentos Familiares – Total	2.312.678	4339.053
% sobre o total regional	82,6	74,8
Área de Estabelecimentos Familiares – Total (mil ha)	28.812	83.077
% sobre o total regional	31,3	22,2
Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Familiares – Total (mil pessoas)	7.062	13.913
% sobre o total regional	67,6	59,5
Valor da Produção dos Estabelecimentos Familiares (CZ\$ mil)	11.157.467	55.085.060
% sobre o total regional	33,3	28,0
Valor dos Financiamentos dos Estabelecimentos Familiares (CZ\$ mil)	279.335	2.479.000
% sobre o total regional	8,5	10,7
Valor da Produção por Ha do Total de Estabelecimentos Familiares (CZ\$)	387,3	663,1
% sobre o total regional	106,4	126,37

FONTE: FAO/INCRA

As TABELAS 4 e 5 mostram a importância da agricultura familiar na produção de alguns alimentos para 1985 e a participação desta agricultura como parcela significativa da produção de arroz, mandioca, milho e feijão. As culturas de feijão (- 31,5%), milho (- 35,0%) e arroz (-20,0%) foram aquelas, juntamente com o trigo (- 21,0%),

que apresentaram a maior queda de preços entre 90 e 97. A cultura de mandioca, por outro lado, mostrou maior aumento de preços (32,62%). No item seguinte vamos analisar a forma como essas alterações de preços afetaram a produção de alimentos básicos no Nordeste.

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NA QUANTIDADE PRODUZIDA DE PRODUTOS SELECIONADOS (%) 1985

	Arroz	Mandioca	Milho	Soja	Bovinos	Leite	Aves
Nordeste	64,5	70,5	62,7	5,0	31,0	33,2	51,0
Brasil	26,2	68,7	44,8	28,6	19,1	30,3	39,4

FONTE: FAO/INCRA 96

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NO VALOR DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS SELECIONADOS (%) 1985

	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
Nordeste	62,3	48,3	69,1	62,0	4,5
Brasil	26,3	46,4	71,5	44,5	27,9

FONTE: FAO/INCRA 96

3 – EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS NO NORDESTE

Antes de analisarmos a evolução recente da produção de alimentos básicos no Nordeste, é necessário agregar às observações realizadas outras de caráter geral sobre a agricultura regional. As condições climáticas dessa Região podem apresentar variações significativas e afetar de maneira expressiva a sua produção. No período que estamos analisando, por exemplo, os anos de 1990, 1992 e 1993 apresentaram condições climáticas adversas e a produção teve quedas consideráveis. Isto pode ser constatado pela redução do rendimento médio por área, observado nesses anos.

Uma outra observação é quanto ao uso das chamadas tecnologias modernas pela agricultura do Nordeste (tratores, colheitadeiras, fertilizantes, corretivos, sementes selecionadas etc.), significativamente menor que no Centro-Sul do País. A base técnica do processo produtivo regional de produção de alimentos básicos é essencialmente artesanal. Esta pequena utilização de tecnologias modernas mais as condições agroambientais prevalentes na Região são os principais fatores explicativos do menor rendimento por hectare verificado na agricultura nordestina.

É necessário assinalar que parcela significativa da produção de alimentos básicos na região Nordeste se destinam ao autoconsumo, subsistên-

cia das famílias, e que uma das principais fontes de renda monetária da agricultura nordestina, a cultura do algodão, está em franca decadência em razão, principalmente, do aparecimento da praga do bicudo na Região. A área ocupada com algodão passou de 1.433.752 hectares em 1988 para 304.143 hectares em 1997. A maior queda ocorreu na cultura de algodão arbóreo que passou de 734.384 hectares em 1988 para 28.188 hectares em 1997. A queda da produção e área ocupada ocasionou, também, a eliminação de um número considerável de empregos na agricultura regional.

A seguir, vamos fazer uma análise da evolução da produção, área colhida e rendimento médio para arroz, feijão, mandioca e milho, comparando os dados da Região Nordeste e do Brasil.

3. 1 ARROZ

O arroz tradicionalmente produzido na Região Nordeste é o chamado arroz de sequeiro, diferente, portanto, do arroz tipo agulhinha, produzido em áreas irrigadas e que vem aumentando a participação relativa no mercado brasileiro.

A TABELA 6 apresenta a evolução da produção, área colhida e rendimento da cultura do arroz na Região Nordeste e do Brasil. Comparando dados relativos à média do período 1988/89 com a média do período 1996/97, vemos que houve uma grande queda na produção e na área colhida. A queda observada na Região Nordeste (-12,88% e -24,69%) foi inferior à verificada no Brasil (-14,18% e -35,05%). Na década de 90, o pico da produção e área colhida para a Região Nordeste ocorreu em 1995.

A referida queda não foi maior porque o rendimento médio aumentou significativamente no período. O rendimento médio, no entanto, cresceu mais no Brasil (31,40%) que no Nordeste (15,63%).

TABELA 6
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO
MÉDIO DE ARROZ NO NORDESTE E NO BRASIL

Ano	Nordeste			Brasil			
	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/há)	Importação (Tonelada)
1988	2.017.600	1.401.300	1.439,8	11.748.001	5.973.611	1.966,6	190.800
1989	1.666.200	1.383.900	1.204,0	11.083.632	5.349.785	2.071,8	252.500
1990	839.100	1.069.500	784,6	7.966.039	4.179.003	1.906,2	717.600
1991	1.683.400	1.196.900	1.406,5	9.991.540	4.213.071	2.371,6	1.296.600
1992	884.100	1.183.400	747,1	10.102.380	4.606.862	2.192,9	732.300
1993	817.527	1.050.800	778,0	9.902.029	4.376.681	2.262,5	880.900
1994	1.628.700	1.097.400	1.484,1	10.497.209	4.374.706	2.399,5	1.565.500
1995	1.709.400	1.113.600	1.535,0	11.223.741	4.255.845	2.637,3	978.600
1996	1.684.800	1.081.900	1.557,3	10.049.139	3.859.575	2.603,7	851.864
1997*	1.524.500	1.015.500	1.501,2	9.545.700	3.494.600	2.731,6	888.613
Δ % **	- 12,88	- 24,69	15,68	- 14,18	- 35,05	31,40	
Δ % 94/97	- 6,39	- 7,46	1,15	- 9,06	- 20,11	13,84	

* Os dados para 1997 são estimativas. ** Variação percentual da média 1988-89 em relação à média 1996-97.

FONTE: Agrianual 1997/98

A redução dos incentivos ao fomento de arroz de sequeiro, a queda de preços no período (2,63%

ao ano entre 90 e 97 e 3,57% ao ano entre 94 e 97) e a mudança no padrão de consumo são elementos

explicativos da queda da produção. E esta não foi maior porque a perda de rentabilidade da lavoura, devido à redução dos incentivos e à queda dos preços, foi em parte compensada pelo crescimento do rendimento médio da produção regional.

3. 2 FEIJÃO

A evolução da produção, área colhida e rendimento para o feijão pode ser observada na Tabela 7. Comparando a média do período 1988-89 com a do período 1996-97 vemos que a produção cresce mais no Nordeste (38,17%), enquanto a área colhida praticamente se mantém na Região (1,18%) e se apresenta em queda (-7,05%) no Bra-

sil. O rendimento por área tem maior crescimento no Nordeste (37,03%). Se considerarmos, no entanto, apenas o período 1994-97 vemos que a produção cai (-0,63%) e no Brasil (-12,25%), assim como a área colhida (-8,93% e -12,25%, respectivamente).

A principal explicação para a redução da produção e, principalmente, da área colhida, entre 1994 e 1997, foi a queda de preços (-12,26% ao ano) neste período. A queda da produção entre 1994 e 1997 não foi maior devido ao crescimento do rendimento médio no período (9,11%).

TABELA 7
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO
MÉDIO DE FEIJÃO NO NORDESTE E NO BRASIL

Ano	Nordeste			Brasil			
	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/há)	Importação (Tonelada)
1988	968.101	2.911.308	332,5	2.805.023	5.774.128	485,8	10.000
1989	750.563	2.648.526	283,4	2.298.179	5.175.848	444,0	25.000
1990	580.037	1.995.039	290,7	2.234.465	4.680.094	477,4	70.300
1991	1.070.495	2.732.164	391,8	2.741.771	5.462.820	501,9	88.600
1992	829.693	2.542.102	326,4	2.807.738	5.156.048	544,6	57.700
1993	479.414	1.368.997	350,2	2.470.625	3.912.991	631,4	54.900
1994	1.138.000	2.971.242	383,0	3.248.552	5.620.966	577,9	156.400
1995	1.147.500	2.907.300	394,7	3.107.026	5.326.513	583,3	189.500
1996	1.244.000	2.919.500	426,1	2.960.584	5.245.615	564,4	61.827
1997*	1.130.800	2.705.900	417,9	2.954.500	4.932.100	600,0	141.225
Δ %**	38,17	1,18	37,03	15,90	- 7,05	25,23	
Δ % 94/97	- 0,63	- 8,93	9,11	- 9,05	- 12,25	3,82	

* Os dados para 1997 são estimativas. ** Variação percentual da média 1988-89 em relação à média 1996-97.

FONTE: Agrianual 1997-98.

3. 3 MANDIOCA

A mandioca é o alimento em cuja produção o Nordeste tem a maior participação relativa no total do País. Na TABELA 8 podemos ver que, em 1988, o Nordeste respondia por 47 % da produção nacional. No entanto, esta participação cai no período e atinge 41,80 % em 1997. Assim, enquanto o Nordeste aumenta a sua participação relativa na

produção de arroz, feijão e, como veremos no item seguinte, de milho, cai a sua participação relativa na produção de mandioca. Isto se deveu ao fato de que a sua produção praticamente tenha-se mantido estagnada, enquanto a do Brasil cresceu 8,42% no período. Comparando a evolução do rendimento médio da mandioca com o de outros produtos, vemos que também esta variável se manteve praticamente estagnada.

A mandioca é um produto altamente perecível se não passar por um processo de transformação. Como é um produto consumido, em grande parte, *in natura*, o mercado local não sofre uma concorrência expressiva de produtos produzidos em outras regiões. Assim, a valorização do câmbio, a abertura comercial e a integração econômica vão afetar a sua produção, via queda dos preços de

alimentos substitutos, como o arroz. Esta é a principal explicação para a produção regional ter-se mantido constante no período apesar de representar o único produto básico, cujos preços atingiram uma variação positiva de 4,11% ao ano, em 1990-97, e de 11,85% em 1994-97.

TABELA 8
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO
MÉDIO DE MANDIOCA NO NORDESTE E NO BRASIL

Ano	Nordeste			Brasil		
	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/ha)
1988	10.236.780	980.650	10.438,8	21.673.849	1.752.026	12.370,7
1989	11.781.291	1.088.656	10.821,9	23.668.293	1.880.368	12.587,1
1990	11.832.690	1.108.557	10.674,0	24.322.133	1.937.507	12.553,3
1991	12.001.254	1.131.505	10.606,5	24.566.872	1.944.895	12.631,5
1992	10.059.895	1.069.810	9.403,4	21.918.600	1.826.262	12.001,9
1993	8.107.441	957.437	8.467,9	21.854.880	1.807.405	12.091,9
1994	9.223.187	907.969	10.158,0	24.464.293	1.850.932	13.217,3
1995	10.956.185	1.046.033	10.474,0	25.315.620	1.943.184	13.027,9
1996	11.422.985	1.086.129	10.517,2	24.499.638	1.937.167	12.647,1
1997*	10.308.498	990.713	10.405,1	24.659.682	1.897.966	12.992,7
Δ %**	- 1,30	3,64	- 1,59	8,42	5,55	2,73
Δ % 94/97	11,76	9,11	2,43	0,79	2,54	- 1,69

* Os dados para 1997 são estimativas. ** Variação percentual da média 1988-89 em relação à média 1996-97.

FONTE: Agrianual 19 97-98

3. 4 MILHO

Na TABELA 9 apresentamos dados sobre a evolução da produção, área colhida e rendimento médio por hectare da lavoura de milho para a Região Nordeste, sem os dados relativos à Bahia e ao Brasil. A separação dos dados para a região Nordeste se deve ao fato de que a produção de milho tem avançado muito nos cerrados do sudoeste da Bahia, com a utilização intensiva de inovações tecnológicas modernas, como tratores e colheitadeiras, corretivos e fertilizantes e sementes selecionadas. A base técnica do processo desenvolvido nessa Região apresenta, portanto, condi-

ções tecnológicas muito diferentes das prevalentes em outras áreas produtoras de milho na Região Nordeste.

Podemos observar que ocorre um crescimento significativo na produção de milho no Brasil (33,40%) e no Nordeste (53,59%). Se retirarmos a produção da Bahia, este percentual da Região atinge 20,23%. A área colhida permanece praticamente estagnada. O crescimento da produção, portanto, se deve ao crescimento expressivo do rendimento médio, principalmente quando consideramos os dados da Bahia (54,23% e 18,3% do Nordeste sem a Bahia). Quando consideramos o

período 1994-97, no entanto, vemos que ocorre uma queda na produção (-17,37%) e na área colhida (-5,48%) no Nordeste, menos a Bahia, enquanto na Região como um todo há um crescimento da produção (8,84%) e queda na área colhida (-1,66%). A queda de -5,48%, entre 1994 e 97 é reflexo da expressiva redução de preços para o milho (-7,29% ao ano ou -23,53% no período como um todo).

O desempenho negativo do rendimento médio (-12,57%) no período 1994-97 foi consequência da soma de condições climáticas adversas e da falta de incentivos à produção em 1997, ou seja, está ocorrendo, também na Região Nordeste menos na Bahia, expressivo crescimento do rendimento por hectare.

3. 5 CONCLUSÃO

A internalização dos preços agrícolas afetou o setor produtor de alimentos básicos no Nordeste em proporções menores que no Brasil como um todo. A consequência é o aumento da participação relativa da Região na produção de alimentos básicos no País. Isto ocorreu em que pesem os seguintes fatores relativos à produção de alimentos básicos no Nordeste, como: ser realizada em percentuais mais elevados pela agricultura familiar; ter reduzido acesso às políticas públicas de fomento à produção agrícola; sofrer constantemente os efeitos perversos de condições climáticas adversas ao desenvolvimento das lavouras; apresentar um diferencial de rendimento por hectare significativamente menor que a da média brasileira (exceção para mandioca); e fazer uso em menor intensidade, de tecnologias em termos de uso de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

TABELA 9

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DE MILHO NO NORDESTE E NO BRASIL

Ano	Nordeste			Nordeste menos a Bahia			Brasil			
	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/há)	Produção (Tonelada)	Área Colhida (Hectare)	Rendimento Médio (kg/ha)	Importação (Tonelada)
1988	1.975.700	3.363.000	587,5	1.726.000	2.670.000	646,5	25.105.378	13.328.956	1.883,5	15.000
1989	1.795.200	3.122.000	575,0	1.519.700	2.568.200	591,7	26.276.120	13.003.380	2.020,7	154.900
1990	954.300	2.615.400	364,9	839.400	2.186.500	383,9	22.326.653	12.050.424	1.852,8	700.000
1991	2.030.800	3.002.500	676,4	1.567.900	2.445.500	641,1	24.096.100	13.451.400	1.791,3	832.200
1992	1.218.700	3.095.200	393,7	696.300	2.453.100	283,9	30.771.200	14.027.100	2.193,7	340.000
1993	592.600	2.156.100	274,8	309.700	1.666.900	185,8	29.207.400	12.436.300	2.348,6	1.497.900
1994	2.612.600	3.185.700	820,1	1.988.300	2.695.400	737,7	33.173.600	14.151.500	2.344,2	1.568.600
1995	2.679.900	3.221.000	832,0	1.921.400	2.725.000	705,1	37.441.900	14.282.200	2.621,6	984.100
1996	2.948.200	3.330.700	885,2	2.259.600	2.763.100	817,8	32.404.700	13.756.700	2.355,6	321.613
1997*	2.843.600	3.132.800	907,7	1.642.800	2.547.500	644,9	36.142.400	13.747.100	2.629,1	534.511
Ä %**	53,59	- 0,33	54,23	20,23	1,38	18,13	33,40	4,85	27,67	
Ä % 94/97	8,84	- 1,66	10,68	- 17,37	- 5,48	- 12,57	8,94	- 2,85	12,15	

* Os dados para 1997 são estimativas. ** Variação percentual da média 1988-89 em relação à média 1996-97.

FONTE: Agrianual 1997-98

O expressivo crescimento do rendimento por hectare nas culturas de feijão, milho e arroz da agricultura regional, além de ter sido o principal responsável pelo aumento da produção de milho e feijão e pela queda da produção de arroz em proporção inferior à grande queda da área plantada, é um indicador de que a agricultura regional produtora de alimentos é bastante resistente a crises provocadas pela queda de renda monetária. O crescimento do rendimento por hectare também foi um dos elementos que contribuíram para atenuar o impacto da valorização do câmbio e da abertura comercial e integração econômica sobre os preços dos produtos agrícolas. A perda de receita foi em parte compensada pelo aumento da produtividade da terra e pela quantidade obtida por hectare.

A área colhida com as quatro culturas (arroz, feijão, mandioca e milho), no entanto, caiu -3,76% no período (média 88/89 comparada com a média de 96/97). Isto ocorre simultaneamente com a queda drástica na área cultivada com algodão, como vimos antes. Ou seja, concomitantemente houve um aumento da área plantada com essas culturas como forma de atenuar o impacto da queda com a área para algodão, como também apresenta uma pequena redução. Portanto, inexistiram estímulos governamentais para que parte da área antes ocupada com algodão fosse utilizada na produção de alimentos básicos.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de a produção de alimentos básicos no Nordeste ter enfrentado a queda de preços sem ocorrer uma grande diminuição na produção, mesmo sem o apoio expressivo de políticas públicas, é um sinal de que o setor, se devidamente apoiado, poderá contribuir para reduzir os problemas sociais dessa Região, diminuindo as importações de alimentos e, assim, o déficit na balança comercial. A geração de emprego a custo baixo, o qual pode ser criado na agricultura nordestina, é fundamental para amenizar esses problemas.

Parte do déficit é causada por importações de alimentos para o Nordeste. A região, que apresenta maior concentração de pessoas abaixo da linha de pobreza, atingiu uma taxa de crescimento de 6,14% na produção de alimentos, considerando-se os dados conjuntos para arroz, feijão, mandioca e milho, inferior à taxa de crescimento da população

no período 1988-1997 (14,18%). (Anuário Estatístico do Brasil.) Assim, se a produção local não era suficiente para alimentar adequadamente toda a população em 1987, hoje essa situação se agravou ainda mais.

Portanto, para criar empregos, para aumentar a produção de alimentos básicos *per capita* da população nordestina e com o objetivo de reduzir as importações de alimentos básicos, é necessário que o governo passe a formular e a implementar um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura regional, possibilitando resgatar o produtor de alimentos básicos do Nordeste de sua condição de excluído do acesso às políticas públicas, ao emprego, a uma renda digna e a uma alimentação condizente com sua condição de cidadão.

Sem essa política de desenvolvimento poderá ocorrer uma exacerbação da crise iniciada pela redução drástica da área ocupada pelo algodão, a qual colocaria os problemas nordestinos em um nível social, político e humano inaceitável. A queda da área ocupada entre 94 e 97 está nitidamente visível à sociedade brasileira. Perder-se-ia, ainda, uma trajetória de crescimento do rendimento médio por hectare, extremamente necessária para melhorar as condições de vida de milhares de produtores de alimentos básicos da Região nordestina.

ABSTRACT:

The process of economic liberalization and commercial integration, associated with monetary valorization has resulted in the internalization of prices of agricultural commodities that previously enjoyed protection from imports: rice, edible beans and corn. As a result, there has been a significant drop in the internal prices of these products. The production of basic food stuffs in the North East during the period examined, nevertheless, was less affected by price internalization than in the Country in general. This demonstration of resistance to crisis suggests that the Government would do well to implement policies that would stimulate regional food production, in hopes of increased production, higher levels of income, more jobs and a reduction in the importation for these products.

KEY WORDS:

North East Agriculture, Basic Foods Stuffs, Globalization

5 – BIBLIOGRAFIA COSULTADA

AGRIANUAL. São Paulo: Editora Argos Comunicação, 1997.

_____. São Paulo: Editora Argos Comunicação, 1998.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Planejamento. **Plano de Safra 97/98**, Brasília, ago. 1997.

DELGADO, G. C. , FERNANDES FILHO, J. F.. A queda recente do preço da terra no Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 35, Natal. *Anais...*, Natal: SOBER, 1997.

ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS. **Revista Agroanalysis**, Rio de Janeiro, p.14, abr. 1997.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, p. 04-11, ago. 1996. (Projeto UFT/BRA/036/BRA.)

FERNANDES FILHO, J. F. , FRANCIS, D. G.. **A Produção Agrícola Familiar e a sua Sustentabilidade nos Cerrados**. Uberlândia: DEECO/UFU, 1997, p.57.(Relatório de Pesquisa CNPq.).

FERNANDES FILHO, J. F.. **Análise da Política Brasileira de Fomento à Produção de Trigo**. um caso particular de continuidade. São Paulo: EAESP/FGV, 1994. (Tese de Doutorado.).